



International Coffee Organization  
Organización Internacional del Café  
Organização Internacional do Café  
Organisation Internationale du Café

ICC 95-10

25 maio 2006  
Original: português

P

Conselho Internacional do Café  
Nonagésima quinta sessão  
22 – 25 maio 2006  
Londres, Inglaterra

## Comunicação do Brasil

### Antecedentes

O documento que se reproduz a seguir está sendo distribuído por solicitação da Frente Parlamentar do Café que integra a delegação do Brasil.

### Ação

Solicita-se ao Conselho que note este documento.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS Frente Parlamentar do Café**

95ª Reunião do Conselho da Organização Internacional do Café – OIC.

Contribuição da Frente Parlamentar do Café do Brasil

Presidente	Deputado Federal Carlos Melles
Secretário	Deputado Federal Odair Cunha
Coordenador	Deputado Federal Renato Casagrande

Estamos participando desta rodada de negociações da Organização Internacional do Café – OIC como representantes da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional Brasileiro.

Nesses dias tivemos a oportunidade de discutir uma nova agenda para as atividades dessa organização.

Desde 1989, com a suspensão das cláusulas econômicas do então vigente Acordo Internacional do Café – AIC, a OIC vem buscando um novo espaço e relevância na economia cafeeira internacional.

Há mais de dez anos, vêm sendo incluídas na agenda e na estrutura da organização novas instâncias e ações, como a instalação da Junta Consultiva do Setor Privado e do Comitê de Estatística, com o intuito de atender demandas e elaborar propostas inovadoras.

A qualidade das estatísticas da OIC, elemento fundamental para garantir a transparência do mercado, se ressentido do baixo retorno de informações dos países membros, com exigências assimétricas sendo feitas aos países produtores, nesta matéria.

A Junta Consultiva do Setor Privado, proposta incluída no presente AIC em muito pelas gestões do então embaixador do Brasil junto ao Reino Unido, Rubens Barbosa, tem mantido uma agenda ativa de reuniões tratando de temas importantes, mas de efeito limitado, considerando os propósitos do AIC e da OIC assim como definidas nos termos dos acordos que celebramos há mais de quatro décadas.

A OIC, desenvolvendo as ações estabelecidas pelos acordos e viabilizadas pelo orçamento anualmente fixado pelo seu Conselho, sempre esteve na vanguarda da economia cafeeira mundial.

A razão da perda da dinâmica da OIC não reside, somente, no fim das cláusulas econômicas do AIC.

O fato é que, politicamente, o pacto celebrado nos últimos acordos, e os orçamentos estabelecidos pelo Conselho da OIC na última década, limita a ação, efetiva, da OIC.

A nossa posição é de que devemos ativar, na revisão do Acordo que estamos negociando, ações que levem adiante temas que estão na ordem do dia.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS Frente Parlamentar do Café**

O desenvolvimento da sustentabilidade econômica social e ambiental, da rede de produção de café no mundo, nunca contou com as condicionantes atuais. É preciso explicitar as ações específicas que transformem esse discurso, especialmente sua dimensão econômica em realidade concreta para os segmentos que mais têm perdido renda, ou seja, os pequenos produtores.

Estamos com o consumo de café no mundo crescendo, a taxas razoáveis, em grande parte, é verdade, impulsionado pela elevação do consumo no Brasil. O fenômeno que se passa em nosso País irá ocorrer em outros lugares do mundo - é só uma questão de tempo. Ações efetivas da OIC podem abreviar esse tempo. Há dez anos ninguém poderia prever que a demanda agregada do mundo fosse atingir o nível de 120 milhões de sacas em 2006/7.

Todos devem se recordar dos trabalhos de projeção de demanda que municiaram delegações aqui presentes há alguns anos e que previam, por exemplo, que se um país produtor quisesse sobreviver no mercado mundial de café deveria deslocar algum concorrente.

A introdução do conceito de "seletividade" foi o início do fim das cláusulas econômicas do AIC, permitindo o deslocamento da demanda para determinado padrão de café, a partir da premissa de que o consumo de café no mundo não somente era inelástico, mas com tendência de redução.

Felizmente o Brasil não acreditou em nenhuma dessas afirmativas. Modernizamos nossa lavoura, expandimos nosso mercado interno, constituímos nosso fundo de defesa da cafeicultura, instituímos a cédula do produto rural, implementamos modernos programas de comercialização e de financiamento, como o programa de opções de venda.

Também cometemos alguns importantes equívocos nesse caminho, sendo o mais expressivo a supressão, abrupta, do Instituto Brasileiro do Café, o que o Congresso Brasileiro, em esforço conjunto com o Poder Executivo, soube corrigir parcialmente com a criação do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC.

Nesse particular destacamos que o Congresso Nacional criou uma nova Comissão Especial para rever o CDPC e a política brasileira para o café, em especial a gestão do FUNCAFÉ, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

O esforço brasileiro na gestão de sua economia cafeeira poderia servir de referência para outros países produtores, muitos dos quais necessitam, ainda, criar condições que permitam reestruturar mecanismos de gestão, de produção e comercialização.

O café continua prisioneiro das sazonalidades de curto prazo. Vemos com tristeza, os dados de distribuição da renda mundial do café.

Sem podermos ser precisos, pois há carência de informações, os dados de renda da economia cafeeira mundial, aponta para um valor que suplanta U\$ 80 bilhões ao ano. Desse valor, os



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS Frente Parlamentar do Café**

produtores mundiais de café, captam cerca de 8%. O fato relevante hoje é quanto do preço que o consumidor paga vai parar nas mãos dos agricultores.

Esperamos que o processo de revisão do Acordo Internacional do Café, conceda a OIC um papel importante na correção desta distorção, agindo sobre ela de forma estrutural, por exemplo, capacitando os países produtores na gestão e recuperação de suas economias cafeeiras.

Os estoques de cafés em mãos dos países produtores estão por desaparecer. Mesmo o Brasil, que carregou por anos a maior fatia do inventário mundial, ingressa em seu novo ano cafeeiro com os menores estoques da história recente. A mesma situação observamos nos demais países do mundo.

Em mercados com crescimento da demanda agregada de 1,5% a 2% ao ano, o que corresponde à produção anual de vários países do mundo, com estoques nos países produtores em níveis irrelevantes e os estoques nos países importadores já diluídos dentre diversos agentes, a tendência e volatilidade dos preços internacionais ficarão subordinadas às oscilações de produção de curto prazo.

Não é esse o fundamento que queremos para o desenvolvimento da economia cafeeira mundial. Podemos e devemos antecipar desequilíbrios e agir sobre eles em prol do desenvolvimento do uso do café no mundo e da sustentabilidade da produção. Capacitar os países produtores do mundo é de fundamental importância.

A falta de uma capacidade de gestão, de administrar o presente e preparar o futuro, simplesmente levará uma dezena de países produtores a maximizar retorno de suas receitas caso o preço do café tenda a patamares elevados impulsionados por ondas especulativas.

O esforço consistente do Brasil nesses últimos anos merece ser ressaltado. Não podemos deixar esses temas de lado. A disparidade de preços relativos e a baixa captação pelos agricultores do mundo da renda internacional ocorrem, em parte, pela falta de capacidade de gestão e organização dos países. A OIC e o AIC devem buscar estas soluções. Os problemas estão claros.

De nada adiantará reforçar o orçamento da OIC para produzir estatística enquanto não estiverem resolvidos os problemas na origem do dado, na fonte. A razão é simples, e os membros ativos do comitê de estatísticas podem validar minha afirmativa. O que falta nas informações dos países produtores é organizar, colher, disseminar os dados. E, para isso, é necessária uma estrutura, uma organização. Não há mais instituição na base. Elas já se foram ou estão gradativamente se enfraquecendo.

O que ocorre na OIC é causa e efeito do que vem ocorrendo na base do sistema produtor. Os fatos aqui mencionados são matéria de domínio de todos. Talvez o fato de trazê-los a esse plenário, de tentar soltar a agenda do AIC para enfrentá-los, signifique a abertura de uma agenda incômoda. Ela pode significar processo de negociação de um novo AIC de maior



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS** **Frente Parlamentar do Café**

intensidade política. Mas, certamente, suas conseqüências irão beneficiar milhões de produtores do mundo todo.

Não há futuro possível para a OIC sem que recursos sejam alocados para o desenvolvimento de ações em benefício direto dos produtores. Da mesma forma, não há país no mundo que consiga desenvolver atividades agrícolas sem sólidos sistemas de crédito e capacidade gerencial. Estes são desafios permanentes para todos os países do mundo.

A maior preocupação da Frente Parlamentar do Café foi e continua sendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cafeicultura em todo o mundo. Deveremos, nesse sentido, formular propostas concretas com o objetivo de criar as condicionantes para que se fortaleça o processo de capacitação de gestão, do aumento do consumo, da qualidade da produção, enfim, de tudo a que interessa a todos os segmentos da economia cafeeira mundial.

**Carlos Melles**  
Presidente  
Deputado Federal  
BRASIL